

OS ANCESTRAIS E A INFÂNCIA: ELEMENTOS PRIMÁRIOS DA FORMAÇÃO DO *HABITUS* POLÍTICO

THE ANCESTORS AND CHILDHOOD: PRIMARY ELEMENTS OF THE FORMATION OF POLITICAL HABITUS

Jesus Marmanillo Pereira*
Pedro Jorge Chaves Mourão**

Resumo: Como se constrói socialmente um deputado estadual? Este trabalho discute o processo de formação sócio-histórica de 1 (um) Deputado estadual da 27ª Legislatura (2007-2010) no Ceará através dos relato da biografia, da análise de documental, para compreender como se deu o seu aprendizado político. Quais são as influências sociais que o posicionaram no campo político? Essas são as principais perguntas que buscamos avaliar neste artigo. As bases deste trabalho estão na descrição e análise das disposições adquiridas pelo pesquisado em sua trajetória de socialização. Portanto, esta pesquisa tem como objetivo analisar os mecanismos de formação do *habitus* político e da relação do binômio indivíduo/sociedade.

Palavras-chave: Deputado estadual, elite política, *habitus*, trajetória, história de vida, Ceará.

Abstract: As a socially constructed state representative? This paper discusses the process of socio-historical formation of one (1) Member State of the 27th Legislature (2007-2010) in Ceará through the story of the biography, the documentary analyzes, to understand how he gave his political apprenticeship. What are the social influences that positioned themselves in the political field? These are the main questions we seek to evaluate this article. The basis of this work are the description and analysis of the provisions purchased by the participant on their way to socialize. Therefore, this research aims to analyze the mechanisms of formation of political habitus and the relationship of the binomial individual / society.

Keywords: State representative, political elite, *habitus*, trajectory, life history, Ceará.

* Possui bacharelado em História pela Universidade Federal do Maranhão (2007), licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão (2008), graduação em Ciências Sociais (Bacharelado e Licenciatura) pela Universidade Federal do Maranhão (2008) e mestrado em Ciências Sociais pela mesma instituição (2011). Atualmente é doutorando em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. jesusmarmanillo@hotmail.com

**Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em História Política em específico na temática da Representação Simbólica no Poder Legislativo. Atualmente, sou mestre em sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Estudo a formação do habitus político dos deputados da Assembleia Legislativa do Ceará, e sou Membro do Laboratório Grupo de Estudos da Conjuntura e das Idéias Políticas (GECIP-UECE). pjmourao_cs@hotmail.com

Introdução

Afim de não substancializar e naturalizar a divisão do trabalho político entre profanos e especialistas, Bourdieu (2007a) nota que toda análise da luta política deve ter como fundamento os determinantes econômicos e sociais dessa divisão do trabalho, ou seja, é necessária uma investigação empírica sobre os processos de aquisição de competências sociais e técnicas exigidas para a participação ativa na política.

Nessa perspectiva, o presente estudo explanará acerca da relação entre determinados tipos de saberes herdados e o processo de formação de um *habitus* que, para Bourdieu (1983), trata-se de um sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explícita que funciona como um sistema de esquemas geradores de estratégias objetivadas segundo os interesses de seus autores.

Para tanto analisamos a *trajetória de vida* de um deputado da assembléia do Estado do Ceará (AL-CE), elencando variáveis como: origens sociais, nível de escolaridade e momento de inserção na política. Empiricamente, tais variáveis foram obtidas por meio de entrevista semi-aberta, jornais locais e mídias digitais como, por exemplo, algumas *homepages* do próprio deputado. Por meio da análise dessas, buscamos compreender a dinâmica do processo de aquisição de capitais sociais, econômicos e culturais necessários à formação do *habitus político* (Bourdieu, 2007a), portanto consideramos um processo que vai desde a infância até o período em que o pesquisado ocupa o cargo de legislador estadual.

Nesse sentido, além de elementos da sociologia reflexiva de Pierre Bourdieu, foram importantes as categorias: *socialização primária e socialização secundária*, trabalhadas por Peter Berger e Thomas Luckmann (1974). Segundo os autores, essas ocorrem respectivamente durante a infância e posteriormente quando o indivíduo é introduzido em novos campos do mundo objetivo de uma sociedade. Elas correspondem aos processos ontogênicos de interiorização de regras e valores de uma dada comunidade sobre os indivíduos.

Seguindo a mesma lógica do referencial teórico, o texto está organizado em duas partes, onde serão analisados os processos de socialização do agente ao longo de sua trajetória política e de interiorização dos códigos necessários ao ingresso na atividade política.

2. Usos sociais do passado

Através das mídias digitais tivemos o primeiro contato com o agente, graças a uma genealogia produzida por um dos integrantes de sua família, publicada em sites¹ especializados em genealogias e em compartilhamento

¹ Ver em <http://www.genealogy.com/users/a/u/g/Joseph-B-Augeri/FILE/0001page.html> e <http://pt.scribd.com/doc/55997890/A-Familia-Paula-Pessoa>.

de informações na rede mundial de computadores. Nessa fonte, que sinaliza bem as origens familiares do agente, observamos informações importantes como nível de escolaridade, ancestralidade e títulos recebidos. Sobre essas bases sociais o agente enfatiza que,

Foram políticos o meu pai que foi prefeito de Santa Quitéria por 3 mandatos, a minha mãe foi Deputada Estadual também por três mandatos, meu tio Alexandre Figueiredo foi Deputado Estadual por 2 mandatos e o meu avô Chico Figueiredo que foi também Deputado Estadual por 2 mandatos, por duas legislaturas. Além deles nossos antepassados já fizeram parte também, desde nosso descendente mais antigo o senador Francisco de Paula Pessoa, que era conhecido como Senador dos bois, foi senador do império. Desde ele que a família tem uma participação política até chegar a nossa área da família e não só o nosso ramo da família como outro também como a Senadora Patrícia Sabóia é parente nossa. A gente tem ascensão comum com outras figuras políticas aqui também do Estado do Ceará.

Você pode citar mais algum?

Não me recordo dos mais antigos. A mais recente que eu tenho contato é a Senadora Patrícia Sabóia até porque os Figueiredo de Paula Pessoa e os Sabóia têm uma ascensão bem próxima ainda recente, mas há conexões familiares que ligam também a outras figuras de destaque político aqui no Estado do Ceará que não me recordo o nome agora.

(Tomás Figueiredo Filho, entrevista realizada em 27 de janeiro de 2011.)

A lembrança dos antepassados é forte na estrutura cognitiva do pesquisado, ele citou até um Senador do período imperial brasileiro. A origem familiar é objetivada enquanto um importante trunfo na disputa política. Além do uso social que possa ser feito sobre essa origem, não se pode desconsiderar que as tradições familiares propiciam a transmissão dos saberes e possibilitam que os novos membros articulem essas ferramentas simbólicas através dos seus discursos em determinados *campos* sociais.

Como sugerem Berger e Luckmann: “A objetividade do mundo institucional ‘espessa-se’ e ‘endurece’ não apenas para os filhos, mas (por um efeito de espelho) para os pais também.” (1974, p.85). A relação entre a história incorporada e os agentes sociais desenvolve neles um senso prático sobre as condições e possibilidades de mudança e estabelecimento nos postos sociais, e uma relação de “pertencimento” na qual as “estruturas estruturadas” dialogam com as “estruturas estruturantes” sinalizando uma relação dupla entre os agentes e os contextos históricos e sociais nos quais estão inseridos.

A utilização da herança simbólica através do nome dos ancestrais irá trazer benefícios e complicações para o agente, em outras palavras pode-se dizer que sinaliza um tipo de etiqueta ou classificação importante para a compreensão da relação do agente com outras famílias tradicionais ou novos atores na arena de disputa política. Sobre o significado do sobrenome da família, o mesmo responde:

Primeiro de tudo a maior dificuldade que tive foi deixar de ser filho da Cândida e do Tomás e passar a ser Deputado Tomás Figueiredo, Deputado Tomás Figueiredo ou Tomás Figueiredo Filho ou Tomás Filho dependendo muito (...) o principal é Tomás Figueiredo Filho por que fica mais identificado e tudo. Mais assim mudava muito porque os colegas que chegavam junto comigo que não conhecia a Deputada Cândida, minha mãe, nem conhecia o prefeito Tomás Figueiredo, me chamavam de Tomás Figueiredo, aqueles que haviam convivido com eles nas origens políticas anteriores chamavam de Tomás Filho, então variava muito. Assim, pra deixar de ser “Filho” deles e passar a ser o Deputado, tive que mostrar que eu tinha “um pensar próprio”. Que eu tenho autonomia, que eu tinha meu próprio ideal, que eu tinha meus próprios fundamentos e que mesmo sendo filho deles eu tinha meu CPF, minha identidade política diferente, então esse era o primeiro desafio, deixar de ser o filho Tomás, o filho da Cândida, e passar a ser o Tomás Filho, para mim foi o momento crucial. (Tomás Figueiredo Filho, entrevista realizada em 23 de fevereiro de 2011.)

A relação com a herança política trouxe dificuldades na própria construção da identidade política do agente. Se por um lado a influência dos pais não pode ser completamente negada, por outro as semelhanças e diferenças entre o modo de fazer política dele e dos pais não pode ser descartado. A relação com a herança política se caracterizou como uma ferramenta importante que é acionada ou desligada em determinadas situações para ativar redes sociais, relações de poder, e desempenhar um papel de prestígio. Mas cada escolha gera uma exclusão, e cada tomada de posição ocasiona uma situação de vantagem relativa, que pode aproximá-lo de determinado agente ou grupo e ao mesmo tempo afastá-lo de outros agentes no *campo* político. A questão da própria autonomia do agente em relação à tradição política da família se mostra como um bom exemplo material da relação conflituosa entre o indivíduo e a estrutura social na qual atua.

3. Bases sociais e especialização política

O agente nasceu em 1981 em Fortaleza, numa família cujos pais possuíam um alto nível de escolaridade, uma vez que foram estudar engenharia

civil na Pontifícia Universidade Católica da Bahia². Tal característica não pode ser dissociada de inserção do agente no nível superior nas faculdades de direito e administração, uma vez que evidencia um ambiente favorável a reprodução de capital cultural. De volta a Fortaleza residiram na casa de seu avô paterno, que nessa época tinha sido eleito Deputado Estadual no Ceará. A mobilização da estrutura familiar parece ter sido fundamental, como é possível observar na fala abaixo, do entrevistado:

Eu nasci em Fortaleza no ano de 25 de agosto de 1981, nasci na casa do meu avô que era na época dep. Estadual. Era um momento de mudança, meus pais se casaram na Bahia, meu pai mudou-se do Ceará para lá em 76, por volta dessa época da década de 70, 75, 76 e em 81 eles voltavam ao Ceará e logo quando voltou foi o período que eu vinha a nascer ainda na casa dos meus avós, que era onde eles estavam morando provisoriamente. Ele (pai) estava retomando a administração das empresas que pertenciam ao meu avô ele iria passar a ser o executivo principal, tava deixando o ramo da construção civil lá na Bahia, havia sido empregado em grandes construtoras como a OAS e entre outras construtoras menos famosas que também havia trabalhado na Bahia.

(Tomás Figueiredo Filho, entrevista realizada em 27 de janeiro de 2011.)

Nós observamos que o avô é descrito como sendo uma figura proeminente e fundamental na reprodução do capital econômico e social da família. Através do patriarca da família, o pai do agente foi designado para assumir as empresas do avô e ajudá-lo na política e a mãe do pesquisado foi conduzida pelo sogro para a Companhia de Habitação do Estado do Ceará – COHAB, da qual foi empregada como engenheira até a data de extinção da mesma, na década de 90³.

Os discursos sobre o avô elaboram a imagem de um líder. Imagem associada a um capital simbólico acionado pelo pesquisado. Exemplo disso é o discurso disponível no seu próprio *site*, que afirma: “O dom para a política já vem de longe, seu avô foi o bem sucedido Deputado Estadual “Chico Figueiredo”, idealizador de vários projetos importantes (...).” (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ, 2009a)⁴.

² Ingressaram no curso na Universidade de Fortaleza (UNIFOR), durante a década de 1970 e depois transferiram para a Universidade Católica da Bahia (PUC-BA)

³ Segundo a mãe do pesquisado, seu primeiro emprego foi como estagiária na Prefeitura Municipal de Salvador, no departamento da comissão de numeração métrica linear. Depois ela foi trabalhar como engenheira civil na construtora MARSAL Engenharia. Foi quando o Deputado Chico Figueiredo, esteve em Salvador e convidou ela e o filho para voltar ao Ceará e tomar conta das empresas. Em Fortaleza, trabalhou na Companhia de Habitação do Estado do Ceará – COHAB, por indicação do deputado e sogro. (SANTOS; LEITÃO, 2002)

⁴ Ver no link: http://www.al.ce.gov.br/Deputados/perfil_completo.php?tabela=Deputados&codigo=44

Além das palavras do entrevistado, foi possível verificar no livro *História de Santa Quitéria*, de Paiva Mororó (1996), que o avô também é apresentado de acordo com suas capacidades e atributos, ocorrendo assim um processo de tipificações valorativas, sendo visto como o “bom do administrador”, o político, o “doutor”, empresário e acima de tudo, a *tipificação* do líder e benfeitor local. Tais descrições ressaltam seu capital escolar (engenheiro agrônomo), seu *capital social* (relações de fidelidade com políticos em postos estratégicos), e de seu capital econômico (grande agricultor, pecuarista e empresário). Tudo isso caracteriza um sistema simbólico que dá suporte à estrutura social e orienta o cotidiano dos indivíduos.

Essas *tipificações*, ou categorizações funcionam como mecanismos de ancoragem referencial das posições sociais ocupadas em dado momento (BERGER & LUCKMANN, 1974). Em raciocínio próximo, Bourdieu (2004a) nota que, durante o processo de interação social os agentes categorizam uns aos outros, no sentido grego da palavra (*kathegoresthai*) que se refere a apontar publicamente. A distinção simbólica que é utilizada para categorizar outras pessoas pode ser compreendida como um instrumento de conservação ou transformação da percepção da realidade social e possivelmente esta categorização é recíproca entre os agentes. Nesse sentido, as formas de reprodução da imagem do avô não podem ser dissociadas de seus efeitos práticos na concepção de política local em Santa Quitéria e na trajetória política do pesquisado.

Durante a maior parte da infância, o agente viveu na casa dos seus pais. O apartamento pertence a seus pais até hoje e se localiza no bairro da Aldeota⁵. Ao lembrar-se de como era o local, assim o descreve:

Fica na Aldeota próximo as torres de televisões, próximo a praça da imprensa. Lembro que tinha muitas crianças mais ou menos da mesma idade, tanto minha como da minha irmã que tem 4 anos de diferença para mim, sou o do meio, a mais velha tem 4 anos a mais e a mais nova tem 4 anos a menos e eu lembro que tinha muitas crianças e muita área de lazer. Era um apartamento que tinha piscina, era um ambiente muito bom, foi muito importante para o meu crescimento ter contato com muitas pessoas e a gente fez muitos amigos e esses amigos se multiplicaram ao longo da vida, é tanto que hoje já adulto e participando da política isso foi muito importante e meu círculo de amizades sempre foi muito vasto por conta da quantidade de jovens e crianças que havia no meu prédio. (...) Nossa! Os amigos do prédio... Eu me lembro do nome de todo mundo e ainda encontro direto e a gente se relaciona com todo mundo, o (...) lá do tio Airton da Geísa, Aliana, os meninos, o vizinho de porta deles que era o Marcelo Neto, a

⁵ Vale salientar que a Aldeota é considerado um bairro nobre da capital Cearense, sendo habitado por autoridades locais como, por exemplo, o governador do Estado do Estado e por concentrar centros comerciais, shoppings e hotéis.

Ana Maria, a tia Márcia, o tio Marcelo, a Iracilda, João de Deus, a tia Inês, a Mariana, o Gugo, o Léo (...) no outro apartamento era o Daniel e o Alexandre Damasceno que inclusive foi vereador lá no Trairi, o tio Lcoman, a tia Rita, no quinto andar era a tia Sandra e o tio Luís que era os pais da Marcela e do Beto e no 502 era a tia Celis (...) que era mãe da Lu, da Paula e da Natália, no sexto andar tinha a dona Meire que mora lá até hoje (...) com o seu Bardawil...

O Alberto Bardawil?

T: O Alberto Bardawil que é pai do Alberto da (proprietário da) TV União. Ai no sétimo morou o Garibalde, a tia Elza que era mãe do Marcelo e da Mirela e no oitavo andar o seu Claudino Sales que foi Deputado Estadual, Secretário de Segurança lá da região do Crateús, Novo Oriente, ele mora lá até hoje, não, ele faleceu. Mora a esposa dele lá. Tinha o Claudino Filho, tinha a Vanda Claudino que é (professora) lá da UFC que é geóloga.

(Tomás Figueiredo Filho, entrevista realizada em 27 de janeiro de 2011.)

Em um relato sobre a sua infância, ele descreve uma das suas primeiras experiências com a política:

Meu primeiro contato (pausa) foi desde muito novo, meu pai ainda não era político na época, porém com meu avô... em virtude do desempenho dele empresarial e também do setor público ele foi funcionário do Banco do Brasil junto a carteira de crédito agrícola, ele terminou entrando na política, ele foi secretário de agricultura e desenvolvimento econômico e infra-estrutura do Estado do Ceará na época do Governador Parsifal Barroso, era uma super secretaria que envolvia essas três áreas importantes da administração pública, terminou candidatando-se a Deputado, quando eu era pequeno...

Em torno de quantos anos?

T: Em torno de 10, 9 anos de idade. O Deputado da família era o meu tio Alexandre Figueiredo, ele hoje é conselheiro do tribunal de contas do Estado e professor de direito administrativo na UNIFOR, quando me dei por gente ele já era candidato, nem meu pai e nem minha mãe eram militantes políticos, não tinham carreira política, ajudavam dos bastidores e foi aí minha primeira experiência política, nessas campanhas lá em Sobral, na casa dos meus avós, naquela vivência de criança, a gente brincando no meio e participando de comícios e tudo mais, sempre de qualquer forma que fosse, mesmo criança estava sempre ligado nos acontecimentos à nossa volta e também um pouco apaixonado. Tinha até uma coisa engraçada que em uma determinada campanha para

prefeito de Sobral eu era bem pequeno e o meu avô apoiava o Zé Prado, mas eu e um primo muito pequeno, 6 anos, 7 anos de idade, gostávamos das músicas do candidato adversário ai nós passávamos o dia gritando “Quinca, quinca, quinca!!!” que era o adversário do meu avô. Então foram essas as primeiras experiências, ligações e contatos com a política. (grifos nossos)

(Tomás Figueiredo Filho, entrevista realizada em 23 de fevereiro de 2011.)

Percebe-se na citação acima, que na primeira infância ele foi familiarizado com o jogo político. Esta socialização proporcionou o primeiro contato com os valores e práticas deste meio. O fato contado traz a tona os sentidos e significados das posições e posturas simbólicas adquiridos por ele na campanha política. O momento em que o agente se recorda de cantar o *jingle* do adversário político do avô com seu primo se torna cômico, pois revelou o desconhecimento momentâneo das regras do jogo, e ao lembrar do evento este se torna risível pelo fato dele atualmente possuir o conhecimento dos significados sociais que estão embutidos no gesto de cantar a música do adversário na casa do opositor.

A importância política da família e do círculo de amizades construído na infância é apresentada na fala do pesquisado. “... a gente fez muitos amigos e esses amigos se multiplicaram ao longo da vida, é tanto que hoje já adulto e participando da política isso foi muito importante...”. Este *capital social* aos poucos foi convertido em *capital político* por ele. Segundo Bourdieu, a definição de *capital político* se categoriza como sendo:

Uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objeto – os poderes que eles lhes reconhecem (BOURDIEU, 2007a, p.187).

O capital político herdado tem o potencial de conferir distinção aos agentes sociais, seja de maneira positiva com um determinado *capital simbólico* que age de maneira benéfica em determinado *campo*, ou negativa, como um estigma social. No caso aqui analisado, a herança política familiar é um fenômeno que se relaciona com a lógica de atuação do *campo* em questão. A instrumentalização da herança atesta uma relação social que consegue romper com as normas do tempo, no sentido de passar um legado de uma geração a outra, e assegurar uma ligação entre o agente e o *campo*, certificando os bens culturais do grupo a qual pertence, garantindo uma continuidade da linhagem e, por conseguinte, influencia diretamente sua identidade política. Tal herança é uma condição para a continuidade do grupo social no *campo político*, e também contribui de maneira prática para sua reprodução

cultural, ou seja, para a transferência dos valores, virtudes e habilidades. (BOURDIEU, 2007b)

Dessa forma o agente ocupa em sua infância uma posição singular e confortável onde foi possível ter uma *socialização primária* muito próxima de pessoas que ocupavam posições importantes, detentoras de um capital simbólico relativo.

4. O “despertar” para a política: interiorização das regras do jogo

No percurso das socializações, o agente transitou por espaços onde era possível aprender o significado que a política tinha entre os membros de sua família. O *campo* político se manifestou como uma realidade que é dada *a priori* para o agente. A política tornou-se permeada de significações subjetivas, na medida em que o agente social interagiu através do instrumental simbólico que adquiriu por meio das experiências vivenciadas. Quando questionado sobre a sua relação com seus pais na infância, revelou o papel que a política teve como elemento agregador e divisor entre eles:

Assim até os 10 anos, 11 anos de idade o papai foi sempre muito presente, apesar de ele viajar muito, a gente sempre tava acompanhando ele nos finais de semana na fazenda e durante a semana ele sempre estava por casa, e foi aquela presença paterna mesmo, porque não era um sujeito de poder acompanhar muito, porque ele trabalhava muito. Mas ele sempre dava uma atenção, às vezes dava uma olhada nas tarefas da gente. Eu quando era mais novo era ruim de comer, não gostava muito, só gostava de determinadas comidas, feijão, arroz, era cheio de frescura e era ele quem ficava do meu lado forçando a barra, “Bora você tem que comer”, mais era uma figura que tinha uma autoridade diferente, a mamãe acompanhava o dia a dia e ela já tinha um pulso diferente, porque como ela acompanhava o dia a dia ela estava sempre presente quando tinha alguma implicância com uma irmã, nessas horas mais difíceis tinha que por fim àquelas crises; ele não, ele já não participava tanto dessas coisas, mas ele tinha uma autoridade diferente, mas ele sempre foi próximo.

(Tomás Figueiredo Filho, entrevista realizada em 23 de fevereiro de 2011.)

Essa distinção na forma como o agente percebe as autoridades dos pais é fundamental para que possamos compreender a lógica dos papéis sociais desempenhados por cada um. Para ele, o pai e mãe possuíam autoridades diferenciadas e assim descreve as atividades do pai⁶:

⁶ Assim como o agente pesquisado, também pode ser entendido por meio de uma experiência de socialização secundária (P. Berger & T. Luckmann, 1974), trabalhado em campanhas eleitorais do irmão e do próprio pai na década de 70 e 80, situação importante no processo de aprendizado do saber fazer político.

Ele se elegeu prefeito de Santa Quitéria, passou a morar em Santa Quitéria, vinha para Fortaleza com muita frequência, mas passou a morar lá e a gente ia pra lá nos fins de semana para está mais próximo a ele mais mesmo assim era difícil porque tinha as atribuições dele do cargo, então assim a partir dos (meus) 11 anos ele se distanciou mais e eu senti mais uma ausência da presença dele que só veio diminuir quando eu ingressei na política, até eu ingressar na política havia sempre esse distanciamento porque a política o consumiu muito e ele sempre foi uma pessoa muito devotada, mais sempre procurou viajar conosco, sempre procurou estar próximo, arranjar alguma programação para que a gente pudesse tá. (pausa breve) um almoço de domingo. Ele sempre procurou está próximo da gente, ele sempre gostou muito de está próximo da gente e também não só da gente como dos amigos também, ele sempre foi uma pessoa aberta nesse sentido.

(Tomás Figueiredo Filho, entrevista realizada em 27 de janeiro de 2011.)

Com a divisão social do trabalho doméstico na família, a mãe é quem vai exercer o papel de mediadora dos conflitos na infância do agente. Ela é quem terá o poder de orientar de forma mais próxima a conduta, a moral e os valores dos filhos, através da *socialização primária*. Segundo Peter Berger e Thomas Luckmann, a socialização primária e secundária significam:

O processos ontogênicos pelo qual isto se realiza (interiorização das regras e valores de uma dada comunidade) é a socialização, que pode assim ser definida como a ampla e consistente introdução de um indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou setor dela. A socialização primária é a socialização que o indivíduo experimenta na infância, e em virtude da qual torna-se membro da sociedade. A socialização secundária é qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade (BERGER E LUCKMANN 1974, p.175).

Esse processo de socialização primária e secundária sofreu modificações com a morte do patriarca em 1990. Com isto, a família sofreu certo impacto, segundo a mãe do agente as campanhas tornaram se mais duras e acirradas. Sobre esse contexto ela⁷ expressou seu medo em candidatar-se e reconheceu a importância da posição social de seu sogro. A eleição do pai do pesquisado para a prefeitura da cidade de Santa Quitéria em 1992 e a de sua mãe para a vaga de deputada estadual, em 1994, foram pontos mar-

⁷ Em 1992, Alexandre Figueiredo [tio do pesquisado] não queria concorrer ao terceiro mandato legislativo e Tomás Figueiredo [pai, do pesquisado e irmão de Alexandre] lança sua candidatura a Prefeito de Santa Quitéria e é eleito. O nome de Cândida foi citado como preferencial e em 1994, lançou candidatura como Deputada Estadual representando a família Figueiredo. (SANTOS; LEITÃO, 2002)

cantes na trajetória do pesquisado, que até então não tinha nenhum parente mais próximo eleito. Essa incursão significou a busca pela restauração de alguém “representando a família” na política.

Através dessas inserções surge a possibilidade de Tomás aprender como se dá o *habitus* político através da prática de seus pais. No percurso da infância para a adolescência, Tomás Filho passa a compreender os significados da prática política para seus pais, de modo que ele iniciou a apropriação desses saberes práticos para si na medida em que o jogo político se tornou significante para ele. Quando Tomás Filho é questionado se teve alguma influência dos pais para entrar na política ele relata da seguinte forma:

T: Meus pais não disseram “entre na política!”. Eu sempre fui de ajudar muito nos bastidores e eu fui um adolescente muito tímido e até mesmo na faculdade, só mesmo com o passar do tempo e vislumbrando a necessidade de me expor em público foi que eu comecei até a apresentar trabalho de grupo, eu tive inclusive até de apresentar trabalhos tipo teatros, essas questões no colégio para mim sempre foi difícil, na faculdade eu só despertei para apresentar trabalhos mais para o final da faculdade quando eu vi que iria ter a necessidade de apresentar minha monografia de graduação, então foi a partir desse momento e sabendo disso meus pais nunca forçaram, incentivaram a partir do momento eu que eu mostrei interesse para enveredar para área política e para o ativismo político. Foi um despertar meio de momento, de circunstância. A candidata Cândida Figueiredo decidiu no fim do terceiro mandato não ser mais candidata, ela acha que cumpriu o seu papel, não vislumbrou nada além dessa candidatura de Deputada Estadual. Ela argumentou: Não serei candidata Federal porque não iri para Brasília sem a companhia da família, não desejo ser candidata a prefeita então eu acho que encerro aqui o meu período de política exercendo cargos eletivos. Quando ela decidiu isso foi no final de 2005, setembro de 2005.

PJ: Houve algum motivo específico?

T: Não... O motivo específico dela foi exatamente “fui 3 vezes Deputada Estadual, eu acho que já cumpri o meu papel junto à política nesses 3 mandatos. Eu não desejo concorrer a nenhum outro cargo político que me faça...E eu acho que daqui pra frente eu não terei a mesma disposição e a mesmo entusiasmo que tive até agora exercendo esses 3 mandatos ...”. Eu acho que ela tomou uma decisão extremamente lúcida, teve uma clareza muito grande, essa posição dela é uma coisa que me inspira muito na política, até porque eu vejo colegas que estão a mais mandatos, alguns com o mesmo entusiasmo do primeiro mandato, mas muitos também já cansados daquela lida do dia a dia da política que é muito fatigante, que esgota mesmo. Então quando ela chegou nessa decisão a gente começou a imaginar quem é que teria o perfil parecido, quem é que poderia emprestar o nosso apoio, até porque tendo

em pessoas da família uma representação é uma responsabilidade quase que dobrada você transferir esse apoio a uma terceira pessoa e a gente começou a cogitar o nome de algumas pessoas para apoiar como Deputado Estadual e nessa dúvida, nessa busca, e eu em um papel totalmente secundário, até porque os grandes orientadores dessa questão eram a Deputada Cândida, até porque era ela que deixava de disputar essa eleição, e meu pai Tomás Figueiredo. Foi nessa busca que surgiu em mim o despertar e uma vontade de disputar uma eleição, eu enxerguei uma oportunidade e ao mesmo tempo em que essa oportunidade me encheu de vontade e foi aí então que eu comecei a expor essa minha vontade e a gente consultou as diversas pessoas que nos apoiaram.

(Tomás Figueiredo Filho, entrevista realizada em 27 de janeiro de 2011.)

Na infância e na adolescência, o entrevistado revela que não era habituado a falar em público, mas a necessidade de adquirir competências se tornou uma força que o levou a buscar o aprendizado das práticas usadas na política. Essa necessidade que Tomás Filho descreve está relacionada tanto a posição que sua família mantinha no *campo* político como pela carreira de advogado e de administrador que “escolheu” para si, ou seja, as habilidades da advocacia eram úteis para atuação enquanto legislador e os conhecimentos da administração eram aplicados nas empresas da família.

Até mesmo nas escolhas das profissões o pesquisado pode ter sido influenciado para uma reconversão desses capitais no campo político. Todas essas inserções em espaços de sociabilidade exigem o domínio de determinados saberes e práticas específicas, que no caso do pesquisado têm um ponto em comum, a instrumentalização do discurso falado.

Ao descrever se seus pais o incentivaram a entrar na carreira política, Tomás Filho avalia com naturalidade o incentivo que lhe deram, na medida em que ele se mostrou disposto a tal. No discurso do pesquisado, esta “naturalidade” se apresenta permeada por uma força que o influencia ao engajamento político, ao mesmo tempo em que isenta seus pais da escolha que seu filho faz. Tomás Filho trás em seu discurso uma lógica para justificar as suas escolhas. Certamente, os anos em que o pesquisado conviveu com o universo dos símbolos da política contribuiram para sua escolha.

A vacância da mãe na disputa eleitoral suscitou uma nova busca para a família de Tomás Filho, “quem é que teria o perfil parecido? para quem é que poderíamos emprestar o nosso apoio?”. A justificativa de Cândida Figueiredo para sair da disputa eleitoral foi o distanciamento da família. Entretanto, podemos interpretar que este argumento revela um ponto de tensão para o político, a preocupação constante do representante com distanciamento entre ele e suas bases eleitorais. Os políticos que decidem ope-

rar na política em nível nacional correm o risco de perder os vínculos com a política local, e bases eleitorais.

Segundo Marcos Otávio Bezerra:

Este distanciamento abre espaço para que políticos concorrentes realizem seu próprio trabalho na *base* do parlamentar. Por conseguinte, isso constitui para este último – daí a necessidade da *assistência* – uma ameaça a manutenção ou ampliação do apoio político que possui na localidade (BEZERRA, 1999, p.47).

Surge em seu discurso a relação de empréstimo do apoio político ou transferência de apoio político que Tomás Filho menciona. Este empréstimo remete diretamente a uma relação de troca entre os detentores do capital político e o possível receptor, além disso, ele prevê um retorno em forma de retribuição para os que o afiançaram.

O valor desse pacto fiduciário é proporcional ao valor da crença em um determinado poder reconhecido entre as partes envolvidas, que está diametralmente ligado às potencialidades do candidato, ao político e ao *capital* disponível para ser aplicado pelos investidores. Os saberes e interesses políticos adquiridos pelo pesquisado, na infância e adolescência, adquirem significado com a sua “entrada na política”. Tomás Filho descreve o momento de entrada na política eleitoral da seguinte forma:

(A minha entrada na política) foi um processo, não havia dos meus pais uma pressão para que eu fosse ou para que qualquer uma das minhas irmãs fosse ingressar na vida política, então isso eles sempre respeitaram, eu me formei em Direito, antes de me formar iniciei a vida empresarial, então sempre respeitaram essa minha vontade de enveredar para o mundo empresarial, para o mundo do direito, e ao longo desse processo da Deputada Cãndida decidir não se candidatar, abrir mão de se candidatar, porque o natural seria ela se candidatar ao quarto mandato e ela já com a experiência poderia dar continuidade. Nesse caso com uma continuidade salutar porque de qualquer forma é com o passar do tempo é que as pessoas vão criando uma relação de confiança, que na política é extremamente importante para que assim você passe a cada vez mais desfrutar de um número maior de eleitores e de apoiadores, então nada mais natural do que ela ser candidata a um quarto mandato. Com a não candidatura dela foi que abri esse espaço e dentro dessa possibilidade e dessa prospecção de quem apoiar foi que surgiu em mim esse interesse, porque não ser o candidato? Porque não ter a oportunidade de colocar o meu ponto de vista na vida pública do Estado do Ceará?

Esse momento foi em... ?

T: Final de 2005 e início de 2006

Você estava formado em Administração pela UECE e Direito pela Unifor?

T: Já, tinha me formado em 2004 [somente em Direito].

E estava fazendo o que nesse momento?

T: Eu era empresário do ramo de transporte e manutenção então eu já tinha uma empresa que já vinha desde 2003, nesse período eu tava na empresa desenvolvendo minhas atividades empresariais e ela quando decidiu foi no fim de 2005 então a gente começou esse processo de busca de discussão em torno de quem apoiar para Deputado Estadual no final de 2005, essa decisão eu só fui expor isso no início de 2006, já bem tardiamente porque a eleição já era em outubro de 2006. (grifo nosso)

(Tomás Figueiredo Filho, entrevista realizada em 23 de fevereiro de 2011.)

O agente revela a importância do tempo na construção da decisão de entrar na política e dos laços de fidelidade, como esses mesmos devem ser mantidos para a manutenção da representatividade do candidato. O tempo é apresentado como um fator de consolidação das práticas políticas de sua família, de forma que para ele a continuidade de sua mãe na política passa a ser visto como “natural”.

Indagado sobre os motivos de ter entrado na política institucional, Tomás Filho assim responde: “Eu já tinha a estrutura da minha mãe. Quando eleito, saiu no jornal um comentário que o deputado Tomás Figueiredo (Filho) se elegeu porque a mãe não concorreu. Ora, isso é óbvio. Se ela fosse candidata, jamais teria concorrido”⁸.

Podemos deduzir que as condições básicas para a entrada do pesquisado no jogo político estavam diretamente ligadas ao poder-influência concedido a ele pela sua família e uma ruptura com o modelo de fazer política de seus pais poderia representar a perda da estrutura e dos capitais investidos na sua campanha. Sendo assim, pode se entender o fato narrado como um exemplo do que Bourdieu chama de capital político *por delegação*. Sobre esse tipo de capital, o autor afirma o seguinte:

A aquisição de um capital delegado obedece a uma lógica muito particular: a *investidura* – ato propriamente mágico de instituição pelo qual o partido consagra oficialmente o candidato oficial a uma eleição e que marca a transmissão de um capital político, tal como a investidura medieval solenizava a <<tradição>> de um feudo ou de bens de raiz – não pode ser se não a contrapartida de

⁸ COUTINHO, Thiago. De pai para filhos, irmãos, sobrinhos. O POVO, Fortaleza, 08 ago 2009. Disponível em <<http://www.opovo.com.br/www/opovo/politica/899951.html>>, Acessado em 20 mar. 2010.

um longo *investimento* de tempo, de trabalho, de dedicação, de devoção à instituição (BOURDIEU, 2007a, p.192).

No início de 2006, o agente apresentava determinadas qualificações específicas que sua família julgava favoráveis para a política, ter um “nome” de expressão na política, poder despendar tempo e dinheiro para investir na política, ter determinado conhecimento prévio sobre os bastidores da política. Em outubro deste mesmo ano ele foi eleito deputado estadual, com 42.264 votos

Considerações Finais

O que é necessário para construir um deputado estadual? Quais os saberes e capitais necessários para construir uma base política?

Analisando a trajetória de vida de um deputado estadual até à sua eleição percebemos o quão complexa apresentam-se os fatores necessários para a formação de um *habitus* político. Notamos que a inserção na política requer competências sociais e técnicas, a acumulação de determinados capitais culturais e de uma estrutura para mobilizar determinados recursos políticos, durante o processo de disputa ou reprodução de uma tradição familiar.

Na investigação sobre o processo de formação do *habitus* do deputado, percebeu-se que os espaços de socialização primária e secundária são de profunda relevância para explicar a inserção do agente em um conjunto de práticas familiares que garantam coesão, reprodução e manutenção dos capitais políticos e identidade política da família tradicional da qual o deputado faz parte.

Assim como uma “empresa política” a família apresentou-se como uma poderosa estrutura de apoio para o jovem aspirante a legislador. Fosse como espaço de aprendizagem e socialização de códigos, como espaço de aquisição de recursos materiais como um emprego e também como capital simbólico capaz de definir espaços, aliados, inimigos, prestígio e trunfos políticos. Através dos usos do passado, ou seja, da reivindicação de uma origem familiar o agente ativou não um pertencimento familiar e ao mesmo tempo um espaço de inserção política.

Notou-se que o processo de profissionalização política começou muito antes do jovem se lançar na candidatura como deputado estadual, através de um processo de interiorização de saberes que remete com grande força ao ambiente familiar no qual avô, tio e pais já possuíam inserção na política partidária. Nesse sentido, pode-se afirmar que todas as condições sociais e econômicas necessárias para a produção do *habitus* do deputado estadual caracterizam o um tipo de monopólio dos profissionais, daqueles que possuem das condições sociais e técnicas produzidas socialmente.

Referências

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade**, 2ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1974.

BEZERRA, Marco Otávio. **Em nome das bases: políticas, favor e dependência social**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará / NuAP - Coleção Antropologia da Política, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro, Marco Zero LTDA, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007a.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007b.

CEARÁ. Assembléia Legislativa. **Deputados - Por Nome**. Disponível em: <<http://www.al.ce.gov.br/Deputados/pornome.php>>. Acesso em: 06 mar. 2009^a

COUTINHO, Thiago. **De pai para filhos, irmãos, sobrinhos**. O POVO, Fortaleza, 08 ago 2009. Disponível em <<http://www.opovo.com.br/www/opovo/politica/899951.html>>, Acessado em 20 mar. 2010.

FIGUEIREDO, Daniel Caetano de. **A Família Paula Pessoa: Esboço de Genealogia 1726-2010**. Sobral: [s.n], 2010. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/55997890/A-Familia-Paula-Pessoa>>. Acesso em: 02 abr. 2011

MARMANILLO, Jesus. **Engajamento militante e luta pela moradia em São Luís entre as décadas de 1970 e 1980**. Dissertação de mestrado: Programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, 2011.

MOURÃO, Pedro. **Como se fabrica um Deputado Estadual? O processo de investigação do Habitus político no Ceará**. Disponível em: <http://www.seminariosociologiapolitica.ufpr.br/anais/GT02/Pedro%20Jorge%20Chaves%20Mourao.pdf>. Acesso em: 23 set. 2010.

PAIVA MORORÓ, Antonio Mauro. **História de Santa Quitéria**. Santa Quitéria: Editora Artegráfica Ltda, 2006. Disponível em: <http://www.paivamororo.com.br/livros/livro_sq_historia_p1.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2010.

SANTOS, Arnaldo; LEITÃO, Juarez. **Verbo Cívico**: Visão histórico-sociológica da Assembléia Legislativa do Ceará. Fortaleza: Expert Editora

Artigo recebido em 02/03/2012 e aceito para publicação em 13/06/2012.